



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO N° , DE 2026 **(Do Sr. Luiz Gastão)**

Requer o aditamento ao Requerimento nº 1, de 2026 (CDE) para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional,(CINDRE), destinada a discutir a situação da construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Estado do Ceará, em razão da autofalência da empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil, subsidiária da multinacional sul-coreana Posco Engineering & Construction Co.

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aditamento ao Requerimento nº 1, de 2026 (CDE) para a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional,(CINDRE), destinada a discutir a situação da construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Estado do Ceará, em razão da autofalência da empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil, subsidiária da multinacional sul-coreana Posco Engineering & Construction Co, contando com a participação dos seguintes convidados:

1. Presidente da IAPC (Associação Internacional dos Credores da Posco) - Frederico C. Campelo Costa.
2. Representante do Ministério das Relações Exteriores / Itamaraty
3. Representante da Fazenda Nacional (Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil)
4. BlackRock, Inc. — BlackRock Investment (por meio da Blackrock Brasil)
5. Citigroup Inc. e Citibank, N.A. (por meio de sua filial brasileira)
6. Samsung Group (por meio da Samsung Brasil)





JUSTIFICATIVA

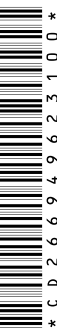
A empresa Posco Engenharia e Construção do Brasil foi responsável pela construção da usina siderúrgica Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), empreendimento privado de grande porte cujo contrato ultrapassou US\$ 5,5 bilhões. Apesar de integralmente pago, a empresa deixou um passivo que pode alcançar R\$ 1 bilhão, abrangendo dívidas trabalhistas, tributárias e comerciais.

Em setembro de 2025, a Posco apresentou pedido de autofalência, alegando crise insuperável, ao mesmo tempo em que declarou possuir patrimônio irrisório. Credores apontam que a empresa teria remetido recursos ao exterior, mantendo no Brasil apenas uma estrutura incapaz de honrar compromissos assumidos. Há também indícios de subavaliação de dívidas tributárias, o que pode representar prejuízo significativo à arrecadação estadual e federal, com estimativas que superam R\$ 200 milhões.

Além dos impactos fiscais, dezenas de empresas brasileiras foram prejudicadas, algumas chegando ao encerramento de suas atividades. Persistem questionamentos sobre a lisura do pedido de autofalência, a movimentação financeira da empresa no país, a eventual responsabilidade da contratante original e os efeitos econômicos e sociais decorrentes do colapso da operação.

Considerando que o empreendimento foi realizado em Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Ceará, torna-se necessário esclarecer aspectos relacionados ao regime especial, aos benefícios fiscais concedidos e aos impactos sobre a arrecadação. Também se impõe avaliar os efeitos da crise sobre as finanças estaduais, bem como as medidas adotadas para mitigar prejuízos.

No plano internacional, o caso envolve repercussões relevantes,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Gastão (PSD/CE)

dada a participação de investidores estrangeiros na estrutura societária da Posco e a possível necessidade de articulação diplomática para assegurar a defesa dos interesses nacionais e a preservação das relações econômicas bilaterais.

A realização da audiência pública conjunta permitirá reunir informações fundamentais, esclarecer fatos, orientar ações de fiscalização e subsidiar iniciativas legislativas necessárias à proteção do interesse público.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado LUIZ GASTÃO (PSD/CE)

